



ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

# **SIMULADO DIREITO PENAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*



**71) Sobre o crime de apropriação indébita, previsto no artigo 168 do Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- a) a lei pune quem se apropria de coisa alheia imóvel.
- b) a pena é aumentada se o infrator ou agente recebe a coisa em razão de emprego.
- c) a pena é aumentada se o infrator for cônjuge ou companheiro da vítima.
- d) a pena é aumentada se o infrator for descendente da vítima.

**RESPOSTA:** B. É correta pois está em conformidade com o artigo 168, §1º, III, do CP.

**72) Estudando o que o Código Penal prevê para o crime de Apropriação Indébita Previdenciária, previsto no artigo 168-A, aponte a alternativa incorreta.**

- a) é punido quem deixa de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.
- b) é punido quem, também, deixa de recolher a contribuição social descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público.
- c) a lei pune quem, de forma culposa, deixa de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal.
- d) a lei prevê uma causa que torna extinta a punição do agente que, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores a presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

**RESPOSTA:** C. É incorreta pois não existe a previsão de apropriação indébita culposa. Porque a lei pune a intenção do agente em prejudicar a Previdência Social.

**73) Sobre o crime de estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal, aponte a assertiva correta.**

- a) comete tal crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem lícita, em prejuízo alheio.
- b) comete tal crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita sem, contudo, causar prejuízo alheio.
- c) comete tal crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo, induzindo ou mantendo em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
- d) a lei não prevê qualquer benefício no caso do agente ser primário e o prejuízo for de pequeno valor.

**RESPOSTA:** C. Pois está de acordo com o artigo 171, caput, do Código Penal. A alternativa D é incorreta pois o artigo 171, §1º, prevê, expressamente, o benefício nestas hipóteses.

**74) Ainda sobre o estelionato aponte a assertiva incorreta.**

- a) a lei pune com as mesmas penas do caput do artigo 171, reclusão de um a cinco anos quem vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria.
- b) a lei pune com as mesmas penas do caput do artigo 171, reclusão de um a cinco anos quem vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias.
- c) a lei pune com as mesmas penas do caput do artigo 171, reclusão de um a cinco anos quem destrói total ou parcialmente coisa alheia, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro.
- d) a lei pune com as mesmas penas do caput do artigo 171, reclusão de um a cinco anos quem emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

**RESPOSTA:** C. É errada pois não está de acordo com o texto do artigo 171, §2º, V, que pune quem destrói coisa própria para receber seguro ou indenização e não coisa alheia.

**75) Sobre o delito de receptação, previsto no artigo 180 do Código Penal, aponte a assertiva correta.**

- a) comete o crime quem adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta, em proveito próprio ou alheio, imóvel que sabe ser produto de crime.
- b) comete o crime quem adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta, coisa que não saiba ser produto de crime.
- c) comete o crime quem influir para que terceiro, de má-fé, a adquira, receba ou oculte.
- d) comete o crime quem influencia para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

**RESPOSTA:** D. Porque está em conformidade com o artigo 180, do CP. A alternativa A é incorreta pois imóvel não pode ser objeto de receptação, somente podendo recair em coisa móvel. A influência criminosa é para que terceiro, possuindo boa fé adquira ou receba ou oculte coisa produto de crime, por isso a alternativa C é incorreta.

**76) Ainda sobre o estudo do crime de receptação, aponte a alternativa incorreta.**

- a) comete o crime de receptação qualificada quem adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, tem em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe a venda ou de qualquer forma utilize em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.
- b) a lei equipara à receptação qualificada, aquela cometida no exercício de atividade comercial ou industrial, aquela atividade exercida por qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, exceto o realizado em residência.
- c) a lei prevê uma hipótese de receptação privilegiada, onde pune mais levemente o agente que adquire ou recebe coisa, que por sua natureza ou pela desproporção entre o valor de mercado e o preço pago, ou pela condição de quem a oferece, deve levar o agente a presumir ser obtida por meio criminoso.
- d) a receptação é punida ainda que o crime de origem tenha sua autoria desconhecida ou for isento de pena.

**RESPOSTA:** B. Pois está em desacordo com o artigo 180, §2º, do CP, porque tal dispositivo legal inclui o comércio realizado em residência como equiparado à receptação qualificada.

**77) Aponte a assertiva correta de acordo com o texto do Código Penal.**

- a) não é isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título em prejuízo do cônjuge durante a constância da sociedade conjugal.
- b) não é isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título em prejuízo do descendente.
- c) os crimes cometidos neste título somente se procedem mediante representação se cometidos em prejuízo do cônjuge, durante a constância da sociedade conjugal.
- d) não se aplica a isenção da pena ou o processo mediante representação se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa.

**RESPOSTA:** D. Pois está em conformidade com o artigo 183, I, do Código Penal.

As alternativas A e B são incorretas pois tais hipóteses caracterizam que o agente é isento de pena. Já a alternativa C é incorreta pois a hipótese correta é quando o cônjuge desquitado ou judicialmente separado, atualmente, divorciado.

**78) (CREA-SP- ADVOGADO- VUNESP- 2008) Apropriando-se o advogado do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular de que tem a posse em razão do cargo, pratica a infração penal legal e tecnicamente rubricada como**

- a) excesso de exação.
- b) concussão
- c) corrupção passiva
- d) apropriação indébita
- e) peculato

**RESPOSTA:** E. Pois de acordo com o artigo 327 do Código Penal, para a lei penal, considera-se funcionário público quem exerce cargo ou emprego em paraestatal, autarquias são consideradas paraestatais. No presente caso os funcionários desta Autarquia são equiparados aos funcionários públicos. A conduta é apropriar-se de coisa alheia móvel de que tem a posse em razão do cargo, crime previsto no crime de peculato, artigo 312.

**79) (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO- FCC- 2007) Em relação aos crimes contra a administração pública considere**

**I-exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.**

**II-solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.**

**III- solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.**

**IV- oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.**

As assertivas correspondem, respectivamente, aos crimes de

- a) concussão, corrupção passiva, tráfico de influência e corrupção ativa.
- b) corrupção ativa, concussão, corrupção passiva e tráfico de influência.
- c) corrupção passiva, tráfico de influência, concussão e corrupção ativa.
- d) tráfico de influência, corrupção passiva, corrupção ativa e concussão.
- e) concussão, corrupção ativa, tráfico de influência e corrupção passiva.

**RESPOSTA:** A. tais condutas são previstas no Código Penal, nos artigos 316, 317, 332, 333.

**80) (TJ/SP- MAGISTRATURA- 177º CONCURSO) Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do C.P.), é correto afirmar-se que a ação penal:**

- a) é publica incondicionada
- b) e publica condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la
- c) é exclusivamente de iniciativa privada.
- d) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.

**RESPOSTA:** B. Pois está em acordo com o artigo 156, § 1º, do CP.